

# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 646, de 26 de maio de 2014 1

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997	Medida Provisória nº 646, de 26 de maio de 2014
	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>Art. 1º</b> A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:
<b>Art. 115.</b> O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.	“ <b>Art. 115.</b> .....
.....	.....
§ 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar <b>maquinaria</b> de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação são sujeitos, desde que <b>lhes seja facultado transitar nas</b> vias, ao registro e licenciamento da repartição competente, <b>devendo receber numeração especial</b> .	§ 4º Os <b>tratores e demais</b> aparelhos automotores destinados a puxar ou <b>a</b> arrastar <b>maquinário agrícola</b> de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação são sujeitos, desde que <b>transitem em</b> vias <b>públicas</b> , ao registro e <b>ao</b> licenciamento <b>na</b> repartição competente.
.....	.....
§ 7º Excepcionalmente, mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito competentes, os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal poderão temporariamente ter placas especiais, de forma a impedir a identificação de seus usuários específicos, na forma de regulamento a ser emitido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.	
	§ 8º Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, licenciados na forma do § 4o, não estão sujeitos à renovação periódica do licenciamento.” (NR)
<b>Art. 144.</b> O trator de roda, o trator de esteira, o trator misto ou o equipamento automotor destinado à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado nas categorias C, D ou E.	“ <b>Art. 144.</b> .....
	Parágrafo único. O trator de roda e os equipamentos automotores destinados a executar



# Quadro comparativo da Medida Provisória nº 646, de 26 de maio de 2014 <sup>2</sup>

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997	Medida Provisória nº 646, de 26 de maio de 2014
	trabalhos agrícolas poderão ser conduzidos em via pública também por condutor habilitado na categoria B.” (NR)
	<b>Art. 2º</b> Não é obrigatório o registro e o licenciamento para o trânsito em via pública de tratores e demais aparelhos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza fabricados antes de 1º de agosto de 2014.
	<b>Art. 3º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.